R$ 120 bilhões nas contas do governo

» SACHA CALMON
Advogado

Luísa Martins, de Brasília, merece ser transcrita: O Supremo Tribunal Federal (STF) retoma o julgamento que discute se é dever do Estado assegurar vagas em creches e pré-escolas a todas as crianças de até cinco anos de idade. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) tenta sensibilizar a Corte sobre o impacto financeiro da medida, que pode chegar a R$ 120,5 bilhões. A maioria dos ministros, porém, tende a votar a favor da universalização do acesso.

A manifestação do ministro Luiz Fux, relator e único a votar até agora, deu o tom do julgamento. Mesmo sendo entusiasta da teoria Análise Econômica do Direito, segundo a qual decisões judiciais devem considerar potenciais efeitos sobre os cofres públicos, além de outros efeitos. Ele entendeu que é dever estatal garantir educação a todas as crianças. "O Estado tem dever constitucional de garantir o efetivo atendimento em creche e unidade de pré-escola, sob pena de configurar-se inaceitável omissão estatal", afirmou, em sua última sessão como presidente do tribunal.

A expectativa é que seu voto seja seguido ao menos pelos ministros Luís Roberto Barroso, Edson Fachin, Ricardo Lewandowski, Carmen Lúcia e Rosa Weber, sua sucessora no cargo. Nos bastidores, a percepção de ministros e seus auxiliares é de que a Constituição Federal é cristalina ao prever, entre as formas de o Estado exercer e efetivar seu dever com a educação dos brasileiros, a garantia de acesso à educação infantil a todas as crianças de zero a cinco anos, em creches ou pré-escolas.

As prefeituras, no entanto, alegam que não têm recursos suficientes para concretizar integralmente a medida. É fácil bater a carga, difícil é o seu cumprimento! Além disso há diferenças grandes entre municípios.

O debate jurídico teve início, quando o município de Criciúma (SC), por falta de vagas, negou matrícula a uma criança que estava sob os cuidados do Conselho Tutelar. O Ministério Público de Santa Catarina ajuizou ação e obteve decisão favorável do Tribunal de Justiça local. A prefeitura recorreu ao STJ.

O resultado do julgamento vai destravar 15.644 ações semelhantes que estão paradas nas instâncias inferiores. O município alega que não cabe ao Judiciário definir como a cidade vai alocar suas verbas, embora reconheça que o acesso à educação infantil é dever do poder público.

Em memorial enviado ao Supremo em 30 de agosto último, a CNM apresentou uma estimativa de R$ 120,5 bilhões para garantir as matrículas de 100% das crianças brasileiras dessa faixa etária, o que exigiria a criação imediata de 8,4 milhões de vagas.

O julgamento está suspenso enquanto os ministros estudam os prováveis efeitos de suas decisões sobre o assunto, pois devem ser mesmo sopesados como ocorre na formação da jurisprudência em todo o Ocidente. Aliás, a jurisprudência dos precedentes tanto ocorre no chamado common law ou direito anglo-saxônico como no direito continental europeu, desde a Alemanha e países escandinavos até o direito espanhol, português e sul-americano.

Esses impactos dos julgados sobre os poderes Executivos, nos três níveis de governo numa Federação, devem ocupar o estudo dos precedentes judiciais.

A população, de um modo geral, não está atenta a tais efeitos, daí a importância dos tribunais superiores.

No Brasil, não se dá importância ao Poder Judiciário por se ter a errada ideia de que os juízes existem para julgar atos humanos, quando, em verdade, os juízes existem para dirimir os conflitos sociais que se apresentam à sociedade humana, incluídos os poderes do Estado. Ao Executivo compete praticar atos administrativos e políticos de ofício no cumprimento da Constituição e das leis feitas pelo Poder Legislativo.

Ao Judiciário se reserva a imprescindível função de aplicar a constituição e as leis contenciosamente, fixando-lhe o entendimento devido. Essa função é a mais difícil e nobilitante exigindo examinar fatos e entes normativos, os quais se dirigem as sociedades politicamente organizadas. Quando mais não fosse na própria *Bíblia*, no chamado Velho Testamento, ali já encontramos um livro com o nome de Juízes...

Seja no *common law*, seja no direito romano-germânico dito continental europeu o estudo da jurisprudência se apresenta fundamental para o correto entendimento dos sistemas legais. Cada vez mais, as classes médias e de baixas rendas estão pagando mais IR/física e IR/jurídica, pois, Bolsonaro mantém as tabelas do imposto de renda e de lucro presumido inalteradas como se não existissem a inflação e a perda de poder aquisitivo por parte da população do país.

Para evitar cisões de papel, a intimidade com as classes que estão na base da pirâmide social brasileira sugere, ante uma recessão iminente, corrigir as tabelas do imposto de renda das pessoas físicas e o limite da IR na categoria do lucro presumido.



A ciência como ingrediente no alimento brasileiro

» CELSO MORETTI
Presidente da Empresa de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)

Hoje, 16 de outubro, comemoramos o Dia Mundial da Alimentação, criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) para chamar a atenção para um desafio fundamental para todo o planeta. E o brasileiro tem do que se orgulhar. Ao longo das últimas cinco décadas, deixamos de ser um grande importador para nos tornarmos um dos maiores produtores mundiais de alimentos, fibras e bioenergia. Pode ser difícil acreditar, mas, na década de 1970, o Brasil importava leite, feijão e carne. Atualmente, alimentamos mais de 800 milhões de pessoas em todo o mundo e temos maior disponibilidade de alimentos — em quantidade, qualidade e regularidade de oferta — com custos menores.

O ponto de mudança foi o forte investimento público em pesquisa agropecuária, a partir de 1973, com a criação da Embrapa e foco em encontrar soluções para os problemas da agricultura. Um sistema robusto de inovação agropecuária, reunindo instituições federais, estaduais, extensão rural, cooperativas, empresas privadas foi desenvolvido, e a pesquisa brasileira encontrou soluções para questões que emperravam o trabalho do agricultor.

Foram milhares, para todo tipo e tamanho de propriedade, produto, clima, região, ecossistema. Hoje, qualquer alimento consumido no país tem a ciência como ingrediente. Com uma agricultura brasileira movida a ciência, o Brasil começou a mudar sua história. São três as bases dessa transformação. Começa pelos cerrados, de solo original ácido e pobre, com toxidade de alumínio, a ponto de pesquisadores estrangeiros afirmarem, na década de 1960, ser inviável para a produção. Hoje, graças à ciência e para citar apenas um exemplo, o cerrado é responsável por mais de 50% da produção da proteína animal gerada no Brasil.

Outro é a tropicalização de animais e cultivos. Hoje, colhemos soja acima da linha do Equador, o exemplo mais exuberante. Fizemos isso com vários produtos, permitindo que saíssem de sua região de origem e enfrentassem condições adversas com sucesso. Recentemente, com a tropicalização do trigo, registramos uma produção de 9 milhões de toneladas. Apenas de 2019 para cá, a produção de trigo aumentou em 50%.

E o terceiro pilar da agricultura tropical foi o estabelecimento de uma plataforma de produção sustentável com fixação biológica de nitrogênio, integração lavoura pecuária floresta, plantio direto, tratamento de dejetos de animais, entre tantas outras tecnologias. Hoje dificilmente um alimento consumido no Brasil e exportado de mais de 200 países não teve a contribuição da pesquisa. Seja por meio de sementes melhoradas, seja por manejo de sistemas adaptados, por manejo, adaptação, controle de pragas e doenças. Isso foi conquistado não só pela ciência, mas pelo agricultor brasileiro, o empreendedor rural que teve coragem de investir nesse setor que um dos mais pujantes da economia brasileira.

Estimativas apontam que nosso planeta terá 10 bilhões de habitantes em 2050 e é no cinturão tropical do globo que essa população buscará a maior parte dos alimentos. O Brasil quer continuar liderando a produção utilizando ciência e tecnologia. Para isso, aumentará a produção de alimentos tanto verticalmente (mais produtividade e eficiência) quanto horizontalmente (transformação de pastagens degradadas em agricultura). E não precisaremos desmatar nem mais um centímetro quadrado para produzir, além do que é legalmente previsto no Código Florestal. Com tecnologia, podemos, por exemplo, transformar cerca de 90 milhões de hectares de pastagens degradadas em agricultura, produção de alimentos, fibras e bioenergia.

O Brasil tem potencial para alimentar uma população mundial crescente usando ciência e tecnologia. Não temos dúvidas de que nosso país terá papel fundamental em alimentar uma boa parte do mundo. Os pesquisadores brasileiros estão preparados para garantir o aumento sustentável da produção. A tecnologia desenvolvida pela Embrapa e seus parceiros vai seguir contribuindo para superar esse desafio.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // *circecunha.df@dabr.com.br*

Brasil inzoneiro

Chamem do que quiser, o fato é que as ditas e malditas emendas secretas, são as saúvas da vez. Ou os cidadãos pressionam pelo seu fim, ou elas irão acabar devorando, pelas beiradas, todo o Orçamento da União. Surgidas em 2020 graças às articulações do grupo ligado ao deputado Arthur Lira (PP-AL), atual presidente da Câmara dos Deputados, as emendas de relator, sabidamente alcunhada de secretas, pela total falta de transparência, tanto em relação aos valores como o nome dos parlamentares envolvidos nesse repasse, têm sido, pelos seus mecanismos, claramente anti republicanas, uma fonte incessante de escândalos de corrupção e de desvio de dinheiro.

Não surpreende que a cada transferência de dinheiro nesse esquema obscuro, mais e mais a Polícia Federal vem sendo obrigada a abrir investigações. Na verdade, esse tipo de emenda parlamentar, tem sido um prato cheio para a polícia, dado aos descaminhos de bilhões de reais destinados aos mais recônditos municípios brasileiros.

A facilidade e a rapidez com que essas montanhas de dinheiro se transformam em pó, tem chamado a atenção de órgãos de transparência, não os ligados ao governo, mas aqueles que atuam com independência e seriedade. O governo, de mãos atadas, devido aos malfadados compromissos do presidencialismo de coalizão ou cooptação, vê esse esquema e empurra a responsabilidade para o Legislativo, que também ignora o assunto.

Dessa maneira, a única coisa realmente palpável e concreta nesse esquema maroto, são os bilhões de reais, que voam dos cofres Públicos para o além e para a terra do nunca. O Supremo, que também já foi acionado para arbitrar esse caso escuso, chegou, por determinação da ministra Rosa Weber, a suspender esses repasses, mas, por obra de forças também secretas, voltou atrás e tudo ficou como dantes.

O Tribunal de Contas da União também não se pronuncia sobre o caso. Somente em 2021 as emendas secretas consumiram mais de R$ 16 bilhões, valor esse que é apenas uma estimativa aproximada. O Centrão, grupo formado por apoiadores interesseiros e ocasionais do atual governo, tem sido, ao lado do próprio Lira, a turma mais contemplada com essas benesses.

Segundo aqueles que acompanham de perto o enxame de mariposas em torno do orçamento secreto, pela forma obscura como esse fabuloso volume de recursos é usado, chegará o momento em que todo esse esquema irá cair por terra, revelando as entranhas dessas negociatas, que hoje já são consideradas como o maior caso de corrupção do mundo, feito à luz do dia, mas por debaixo dos panos.

A senadora Simone Tebet (MDB-MS) tem sido uma das raras vozes a alertar para esse problema e para o fato de que no próximo ano o orçamento secreto irá consumir mais de R$ 20 bilhões. Nessa última sexta-feira (14) a Polícia Federal prendeu um desses atravessadores de dinheiro, responsável pela liberação individual de R$ 36 milhões em emendas para lugarejos no fim do mundo (Igarapé Grande e Lago da Pedra) no Maranhão.

As investigações e as prisões vão se sucedendo à medida em que o dinheiro vai sendo liberado, numa verdadeira roda viva sem fim. A situação é clara do ponto de vista de todo o esquema: caso o presidente Bolsonaro vete o repasse desses recursos, imediatamente sua base de apoio no Congresso se desmancha.

Cercado por esses chacais, resta ao presidente ser arrastado por eles, configurando uma situação totalmente surreal em que, diante da população, absolutamente ninguém nesse banzé com o dinheiro público, está isento de culpa e quiçá de punição. É o nosso Brasil inzoneiro.

» A frase que foi pronunciada

"Um orçamento é mais do que apenas uma série de números em uma página; é uma personificação de nossos valores."

Barak Obama

Aos poucos

» Na sexta feira um carro capotou na Ponte do Bragueto e imediatamente o Corpo de Bombeiros chegou para atendimento. As rodas do carro ficaram para cima. As duas vítimas saíram andando. Brasília vai aos poucos perdendo o título de cidade educada no trânsito. Violência, velocidade, motoqueiros insanos, falta de fiscalização, sinalização, conservação da pintura asfáltica, engenharia do trânsito sofrível. Tudo colabora para isso.

IBGE

» À noite ou de dia. Os entrevistadores podem aparecer na residência a qualquer momento. Há no site do IBGE a possibilidade de conferir a identificação do censor.

CNBB

» Detalhes da missa católica mostram uma liturgia diferente: não são todas as paróquias que permitem a troca da fala 'a paz de Cristo', o que era antes "irmãos" passou a ser "irmãos e irmãs". Dar as mãos durante a prece do Pai Nosso, ficou na conta da pandemia.

» História de Brasília

*A Caixa Econômica prometera financiar os moradores da Cidade Livre que se mudassem para a Asa Norte. Até hoje não saiu um único financiamento, embora os pedidos sejam abundantes. (**Publicada em 11.03.1962**)*